

# Os riscos da "ameaça" de Sarney

Mais déficit público e inflação: é isso que virá, se o presidente "administrar" como promete, tocando grandes obras.

O presidente Sarney **ameaçou** administrar o País, em vez de agir em função das condicionantes políticas que o partido majoritário lhe impõe — e ele aceita, ou vinha aceitando, até agora. Mas, o que significa a **ameaça**?

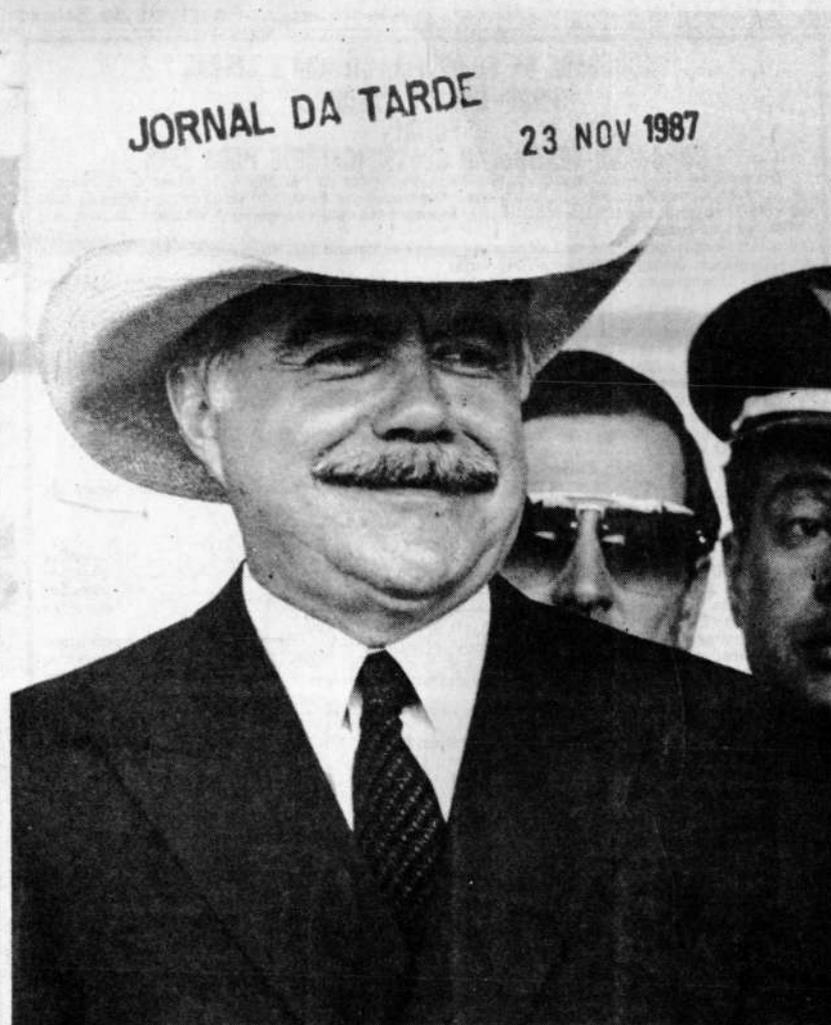
Uma visão pautada no bom senso tornaria a expressão **administrar** semelhante à capacidade de adequar a política econômica de curto prazo com os objetivos futuros do País. Em outras palavras, o Executivo deveria voltar-se para corrigir o setor público — onde se localizam os males maiores — e fazer políticas fiscal, monetária e cambial que permitiriam entregar a casa em ordem a seu sucessor.

O que o presidente entende, porém, por **administrar**? Aparentemente, não é nada disso. E, ao lado de dispensar pessoas indicadas por opositores do mandato de cinco anos, administrar, para Sarney, parece equivaler a fazer obras, num saudosismo do período Juscelino — no qual, como mostrou em entrevista ao **JT** o diretor da Fundação Getúlio Vargas e o responsável pelos índices de preços da instituição, Julian Chacel —, começou a inflação brasileira da segunda metade deste século.

É preciso, portanto, não confundir a idéia que Sarney faz de administração com a idéia que da mesma palavra fazem analistas preocupados com a deterioração da economia e com as perspectivas difíceis para o ano eleitoral de 1988.

"O problema da economia brasileira é de longo prazo. A perda de capital externo, de poupança pública, vinha sendo compensada pela continuidade de investimentos privados entre 15% e 16% do PIB ao ano, mas, com os riscos determinados na Constituinte, pode haver uma redução nesse ritmo indispensável para abrigar os novos candidatos a emprego", nota o economista Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, diretor da FGV-São Paulo.

"Sarney não tem uma visão do processo — afirma o diretor da FGV. Seu estilo é o de reagir, mas se tem mostrado incapaz de formular uma estratégia", acrescenta.



O estilo de Sarney: reagir.

## Obras

Mas se, além da falta de visão de longo prazo, o presidente ainda pretende realizar obras em escala nos últimos meses de seu governo, que espaço a economia oferece para isto?

Segundo importante assessor governamental, os riscos serão crescentes. Afinal, o processo inflacionário está em curso, e a menos que o Executivo conte com a possibilidade de fazer o terceiro choque heterodoxo, pouco ou nada

poderá fazer. Só que não há credibilidade mínima para pensar num novo choque. Além do que, a permanência do ministro Bresser Pereira no governo equivalerá a levá-lo a colher dois maus resultados no tocante aos preços: as inflações de novembro e dezembro, reduzindo o espaço político para a atuação da Fazenda.

Concretamente, o que está para chegar é o pacote fiscal, cuja parcela mais forte deverá ser o reajuste de preços e tarifas na área

pública — incluindo-se aço, combustível, energia elétrica, telefonia, além dos aumentos já procedidos este ano. O caso do trigo é um dos mais expressivos: o subsídio já estaria novamente em Cz\$ 60 bilhões, por conta da diferença entre o preço interno e os reajustes cambiais.

As pressões no ano eleitoral de 1988, entretanto, serão muito maiores do que as suportáveis para que se pudesse cumprir um orçamento com déficit sensivelmente reduzido em relação a este ano. A revisão da meta para este ano é um bom indicador: já se admite 4,9% do PIB, e não os 3,5% que constituíam meta básica de Bresser Pereira quando foi escrito seu Plano de Controle Macroeconômico. Ainda assim, em círculos privados afirma-se que este percentual deverá ser maior. Por que a diferença? Segundo técnicos governamentais, o déficit poderá limitar-se ao previsto na revisão do Plano por conta da valorização de estoques governamentais de milho e algodão, não prevista nas avaliações privadas.

## Riscos

Se o presidente Sarney empresta à palavra **administração** um significado muito diverso do entendido por economistas preocupados em superar com o menor trauma possível as dificuldades políticas que influirão sobre a economia — tais como os processos constituinte e eleitoral —, os riscos tornam-se crescentes.

Não seria melhor uma política austera? "Claramente seria", responde Albuquerque. "Há o problema crônico do ajustamento do setor público — que necessita do controle dos gastos, aumento da receita, ampla reforma administrativa".

Aliás, observa o economista, "o atual modelo de crescimento da economia brasileira está esgotado", dado o fim do tripé (estatal, privado e multinacional). "O governo está sucateado, desestruturado, é preciso pensar num novo modelo — que deve ser mais aberto. Esta é a nova perspectiva da economia brasileira. Mas o presidente está preso a dogmas do passado."

Fábio Pahim, Jr.